

Demonstrações financeiras

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

31 de dezembro de 2022
com relatório do auditor independente

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Edifício Brasil 21
Setor Hoteleiro Sul – Quadra 6
Conjunto A – Bloco A – 1º andar – Sala 105
70.306-102 – Brasília, DF, Brasil
Tel: +55 (62) 2104 0100
Fax: +55 (61) 2105 0102
www.ey.com.br

**Building a better
working world**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e aos Administradores do
Hospital Maria Auxiliadora S.A.
Brasília - DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Hospital Maria Auxiliadora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa no. 3 às demonstrações financeiras, a Companhia adotava como prática para reconhecimento de receitas, até 1º de janeiro de 2021, o reconhecimento de receitas da prestação de serviços médico-hospitalares no momento de emissão das notas fiscais, o que não coincidia necessariamente com os respectivos períodos de competência, em desacordo, portanto, das disposições do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a Companhia não concluiu o processo de conciliação dos eventuais ajustes sobre as rubricas de contas a receber e do patrimônio líquido dos saldos iniciais, e, conseqüentemente, não nos foi possível determinar os potenciais efeitos e a eventual necessidade de ajustes nos saldos de contas a receber e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022, e às correções da reapresentação dos valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos – Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes de erros descritos na nota 3, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 14 de junho de 2022. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2022, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras de 2021 e balanço de abertura em 01 de janeiro de 2021. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos descritos na seção anterior, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao

exercício de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2021 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Building a better
working world

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 29 de dezembro de 2023.



Building a better
working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.642	4.700
Contas a receber	6	53.773	79.357
Adiantamentos diversos	7	2.144	18.206
Estoques	8	1.080	2.113
Tributos a recuperar	9	14.373	4.010
Outros créditos		114	106
		81.126	108.492
Não circulante			
Partes relacionadas	10	9.914	10.750
Tributos diferidos	24.3	267	3.755
Depósitos judiciais		1.198	1.564
Propriedades para investimentos		3.900	3.900
Imobilizado	11	85.461	70.087
		100.740	90.056
Total do ativo		181.866	198.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	9.905	9.348
Empréstimos e financiamentos	13	6.750	2.627
Obrigações trabalhistas e sociais	14	7.292	7.260
Obrigações tributárias	15	3.851	2.815
Imposto de renda e contribuição social	24.2	5.600	4.228
Adiantamentos de terceiros		17	5
Dividendos a pagar	18.3	15.183	13.892
Outras contas a pagar	16	286	286
		48.884	40.461
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	-	1.922
Partes relacionadas	10	5.740	41.732
Outras obrigações	16	14.180	14.466
Provisões para demandas judiciais	17	1.773	3.018
		21.693	61.138
Patrimônio líquido	18		
Capital social		29.019	29.019
Reserva legal		5.446	4.014
Reserva de lucros a realizar		-	11.361
Reserva de lucros retidos		76.824	52.555
		111.289	96.949
Total do passivo e do patrimônio líquido		181.866	198.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação em reais)

	Notas	2022	2021 (reapresentado)
Receita operacional líquida	19	211.383	206.343
Custos dos serviços prestados	20	(106.541)	(110.808)
Lucro bruto		104.842	95.535
Despesas gerais e administrativas	21	(39.552)	(42.049)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(21.070)	36.820
Lucro operacional antes dos resultados financeiros		44.220	90.306
Receitas financeiras		1.489	2.260
Despesas financeiras		(2.761)	(1.600)
Resultado financeiro, líquido	23	(1.272)	660
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		42.948	90.966
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	24	(14.308)	(27.745)
Corrente		(6.957)	(23.356)
Diferido		(7.351)	(4.389)
Lucro líquido do exercício		28.640	63.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u> <u>(reapresentado)</u>
Lucro líquido do exercício	28.640	63.221
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>28.640</u>	<u>63.221</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação em reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	29.019	1.249	2.815	17.285	-	50.368
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	63.221	63.221
Reserva legal	-	2.765	-	-	(2.765)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(13.825)	(13.825)
Reversão reserva de lucros	-	-	(2.815)	-	-	(2.815)
Constituição de reserva de lucros	-	-	11.361	-	(11.361)	-
Constituição da reserva de lucros retidos	-	-	-	35.270	(35.270)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado e não auditado)	29.019	4.014	11.361	52.555	-	96.949
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.640	28.640
Reserva legal	-	1.432	-	-	(1.432)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(6.802)	(6.802)
Reversão de reserva de lucros	-	-	(11.361)	3.863	-	(7.498)
Constituição da reserva de lucros retidos	-	-	-	20.406	(20.406)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	29.019	5.446	-	76.824	-	111.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	42.948	90.966
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas:		
Provisão para créditos de realização duvidosa	(13.250)	(4.334)
Perdas efetivas de convênios e particulares	48.513	1.791
Reversão de perdas de convenio e particulares	(7.019)	(8.827)
Resultado financeiro	1.294	377
Provisão para demandas judiciais	(1.245)	(838)
Baixa de bens do ativo imobilizado	30	25
Depreciação	3.423	3.395
	74.694	82.555
Varição dos ativos e passivos circulantes e não circulantes:		
Contas a receber	(14.021)	2.745
Estoques	1.033	442
Tributos a recuperar	1.503	950
Outros ativos	358	3.849
Adiantamentos a fornecedores	16.062	(16.229)
Fornecedores	1.552	1.625
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.068	(4.239)
Outros passivos	298	14.215
Impostos de renda e contribuição social pagos	(17.451)	(27.686)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:	65.096	58.227
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(18.827)	(1.478)
Aquisição de propriedade para investimento	-	(200)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento:	(18.827)	(1.678)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Captações de empréstimos e financiamentos	4.730	563
Pagamento principal de empréstimos e financiamentos	(2.636)	(2.269)
Pagamento dos juros de empréstimos e financiamentos	(172)	(353)
Dividendos pagos	(5.511)	(3.475)
Partes relacionadas amortizadas, líquidas	(37.738)	(62.092)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento:	(41.327)	(67.626)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.942	(11.077)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.700	15.777
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.642	4.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

O Hospital Maria Auxiliadora S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Brasília-DF no Setor Central do Gama. A Companhia tem como sua finalidade única e exclusiva de prestação de serviços hospitalares completos e internação.

1.1. Impactos gerados pela pandemia de Covid-19

Em 2022, o desafio decorrente do enfrentamento à pandemia de Covid-19 deu-se através do atendimento de demandas por outros tratamentos represados ao longo do período da pandemia e não pelo cuidado da doença em si.

Logo, o trabalho o planejamento e organização das equipes no período da pandemia nos permitiu conseguir absorver este aumento da demanda geral em nossos hospitais sem que houvesse a perda da qualidade assistencial.

O grande desafio gerado por esta combinação de fatores foi o aumento do prazo médio de recebimento junto às fontes pagadoras. O acompanhamento em tempo real da produção, faturamento e recebimento foram o principal foco financeiro no ano.

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 — Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de dezembro de 2023.

2.2 Declaração de continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros e das propriedades para investimento, mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis-- Continuação

2.4 Uso de estimativas e julgamentos contábeis

Na aplicação das políticas contábeis a Companhia para a elaboração das demonstrações financeiras, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Os principais elementos patrimoniais que envolvem julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia são os seguintes:

- Nota Explicativa nº 06 — Provisão para perda esperada de crédito e glosas;
- Nota Explicativa nº 11 — Vidas úteis do ativo imobilizado;
- Nota Explicativa nº 17 — Provisão demandas judiciais e mensuração e risco e valores das contingências passivas de risco possível;
- Notas Explicativas nº 2.12 e 11 — Análise de indicativos de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;
- Nota Explicativa nº 24 – Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos;
- Nota Explicativa nº 2.11 e 19 - Mensuração da receita de serviços hospitalares incorridos e não faturados.

2.5 Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 — Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis-- Continuação

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Incluem caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata seguem a mesma política interna e não são mantidos para vencimento e outros fins.

2.7 Contas a receber

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.8 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. Dada a natureza dos estoques da Companhia, a Administração efetua a baixa dos itens vencidos ou obsoletos.

2.9 Imobilizado

Terrenos, edificações, benfeitorias, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A depreciação dos ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao fim de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis-- Continuação

2.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas conforme estabelece o CPC 47 e decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida no momento da prestação dos serviços médicos, na extensão ou proporção que satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente, sendo registradas líquidas da expectativa de abatimentos, glosas e descontos comerciais.

As receitas decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente e são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos correspondentes, glosas e encargos estimados. A Companhia controla os produtos ou serviços antes de transferi-los para o cliente, sendo que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares.

Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Convênios, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber.

A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis.

Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade do regime contábil da competência.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis-- Continuação

2.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

2.13 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro".

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros da eram: Aplicações financeiras, Contas a receber, Partes relacionadas, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Adiantamento de terceiros, outras contas a pagar.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis -- Continuação

2.13 Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os recebíveis não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 720 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.14 Tributos

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de tributação adotado pela Companhia é o lucro real, cuja. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica — IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

Tributos diferidos ativos e passivos

É gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

Quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação e negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis -- Continuação

2.14 Tributos--Continuação

Impostos correntes--Continuação

Quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação e negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária.

2.15 Distribuição de lucros

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo "Outras obrigações", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social. Entretanto, qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 18.3.

2.16 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até o exercício social das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia adotará essas normas novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 01 de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis— Continuação

2.16 Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 01 de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

3. Reapresentação de cifras comparativas - Retificação de erros

A Administração da Companhia no processo de elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, identificou erros materiais atribuíveis ao exercício anterior. Como consequência, os saldos relativos ao exercício de 2021, incluídos como informações comparativas destas demonstrações financeiras, foram alterados/retificados para permitir a comparabilidade e para o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Os impactos foram os seguintes:

Balanço patrimonial

		31/12/2021 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2021 reapresentado
Ativo	Ref.			
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		4.700	-	4.700
Contas a receber de clientes		79.357	-	79.357
Adiantamentos		18.206	-	18.206
Estoques		2.113	-	2.113
Tributos a recuperar		4.010	-	4.010
Outros créditos	(a)	9.806	(9.700)	106
		118.192	(9.700)	108.492
Não circulante				
Partes relacionadas	(a)	1.050	9.700	10.750
Tributos diferidos	(c)	7.343	(3.588)	3.755
Outros créditos		1.564	-	1.564
Investimentos		3.900	-	3.900
Imobilizado		70.087	-	70.087
		83.944	6.112	90.056
Total do ativo		202.136	(3.588)	198.548

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Reapresentação de cifras comparativas - Retificação de erros-- Continuação

		31/12/2021 originalmente apresentado	Ajustes	31/12/2021 reapresentado
Passivo	Ref.			
Circulante				
Fornecedores		9.348	-	9.348
Empréstimos e financiamentos		2.627	-	2.627
Obrigações trabalhistas e sociais	(b)	6.451	809	7.260
Obrigações tributárias	(c)	1.709	1.106	2.815
Imposto de renda e contribuição social	(c)	-	4.228	4.228
Adiantamentos de terceiros		5	-	5
Dividendos		13.892	-	13.892
Outras contas a pagar	(d)	-	286	286
		34.032	6.429	40.461
Não circulante				
Tributos diferidos	(c)	9.197	(9.197)	-
Empréstimos e financiamentos		1.922	-	1.922
Partes relacionadas		41.732	-	41.732
Outras contas a pagar	(d)	14.752	(286)	14.466
Provisões para demandas judiciais		3.018	-	3.018
		70.621	(9.483)	61.138
Patrimônio líquido				
Capital social		29.019	-	29.019
Reserva legal		4.014	-	4.014
Reserva de lucros a realizar		11.361	-	11.361
Reserva de lucros	(e)	53.089	(534)	52.555
		97.483	(534)	96.949
Total do passivo e do patrimônio líquido		202.136	(3.588)	198.548

Demonstração do resultado

		31/12/2021 originalmente apresentado	Ajustes	31/12/2021 reapresentado
Receita líquida		206.343	-	206.343
Custos dos serviços prestados		(110.808)	-	(110.808)
Lucro bruto		95.535	-	95.535
Despesas gerais e administrativas	(b)	(41.239)	(810)	(42.049)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		36.820	-	36.820
Lucro operacional antes dos resultados financeiros		91.116	(810)	90.306
Receitas financeiras		2.260	-	2.260
Despesas financeiras		(1.600)	-	(1.600)
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		91.776	(810)	90.966
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente		(28.020)	275	(27.745)
Corrente		(23.356)	-	(23.356)
Diferido	(c)	(4.664)	275	(4.389)
Lucro líquido do exercício	(e)	63.756	(535)	63.221

Demonstração do resultado abrangente

		31/12/2021 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2021 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício		63.756	(535)	63.221
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		63.756	(535)	63.221

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Reserva de retenção de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (originalmente apresentado)	29.019	1.249	2.815	17.285	50.368
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (originalmente apresentado)	29.019	4.014	11.361	53.089	97.483
Ajuste	-	-	-	(534)	(534)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	29.019	4.014	11.361	52.555	96.949

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Reapresentação de cifras comparativas - Retificação de erros--Continuação

Demonstração dos fluxos de caixa

		31/12/2021 (originalmente apresentado)	Ajuste	31/12/2021 (reapresentado)
	Ref.			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		91.776	(810)	90.966
Atividades operacionais	(f)	61.281	(3.054)	58.227
Atividades de investimento	(f)	(2.694)	1.016	(1.678)
Atividades de financiamento	(f)	(69.664)	2.038	(67.626)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(11.077)	-	(11.077)

Referências dos ajustes/reclassificações:

- Reclassificação de mútuos junto a partes relacionadas para rubrica específica.
- Complemento de provisão das obrigações a pagar a colaboradores.
- Reclassificação de obrigações tributárias e imposto de renda e contribuição social correntes anteriormente apresentadas como tributos diferidos, provisão de tributos diferidos sobre ajuste mencionado no item (b) e reclassificação de diferenças temporárias de IRPJ/CSLL para apresentação líquida.
- Reclassificação de outras contas a pagar para o passivo de curto prazo.
- Efeito no resultado consequentemente na reserva, proveniente dos itens b e c.
- Adequações na divulgação do fluxo de caixa para apresentação comparativa.

A Companhia, adotava como prática para reconhecimento de receitas, até 1º de janeiro de 2021, o reconhecimento de receitas da prestação de serviços médico-hospitalares no momento de emissão das notas fiscais, o que não coincidia necessariamente com os respectivos períodos de competência, em desacordo, portanto, das disposições do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A partir de 1º de janeiro de 2021, a Companhia passou a reconhecer contabilmente a receita de prestação de serviços médico-hospitalares de acordo com os períodos de competência e vem aperfeiçoando seus controles desde então. No exercício de 2023, em virtude da mudança de metodologia para o reconhecimento do estoque da produção, a Administração iniciou a implementação da automação para a mensuração e conciliação do saldo de estocagem de remessas que compõe o estoque de produção (clientes a faturar). O ajuste será registrado no exercício de 2023 tão logo os processos para controle e validação dos saldos sejam finalizados e apresentados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração estima que esses impactos resultarão em aumento da carteira de recebíveis com contrapartida no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros; incluindo risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia segue controle de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos deste controle, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

O controle de gerenciamento de risco da Companhia foi definido pela Diretoria da Companhia. Nos termos deste controle, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obtenham garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

Por meio de controles internos, a Companhia monitora permanentemente o nível das suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Administração registra perdas esperadas de créditos consideradas prováveis.

A exposição máxima do risco de crédito da Companhia é representada pelos valores contábeis das contas a receber de R\$ 53.773 (R\$ 79.357 em 31 de dezembro de 2021), conforme nota explicativa 6.

b) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que elas possuem empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como com pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um "mix" apropriado de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, como também sobre as receitas financeiras, oriundas de suas aplicações financeiras. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI e do IPCA.

A Companhia tem como indexador financeiro de suas operações a variação do CDI e do IPCA. A Companhia considera o risco de variações das taxas CDI e IPCA como fator de risco de mercado relevante.

Em 31 de dezembro de 2022, o CDI foi de 13,65%, conforme obtido na B3 e o IPCA com fonte de referência. Para realização da análise de sensibilidade abaixo, consideramos valorização da ordem de 25% e 50% do CDI acumulado e deste modo, os efeitos no resultado poderiam ser assim observados:

Operação	Base de cálculo	Cenário I -	Cenário II -
		Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Aplicações indexadas ao CDI	7.434	761	508
Empréstimos indexados ao IPCA	(4.828)	(339)	(407)
		422	101

	Cenário atual	Cenário I	Cenário II
Taxa anual do CDI em dezembro de 2022	13,65%	10,24%	6,83%
Variação que impactaria o saldo o cenário		3,41%	6,83%
Taxa anual do IPCA em dezembro de 2022	5,62%	7,03%	8,43%
Variação que impactaria o saldo cenário		1,41%	2,81%

c) Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

A seguir, posição dos passivos financeiros por vencimento:

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	até 12 meses*	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	6.750	3.351	3.219	-	-
Fornecedores	9.905	9.905	-	-	-
Dividendos a pagar	15.183	15.183	-	-	-
Adiantamentos de terceiros	17	17	-	-	-
Outras contas a pagar	14.466	286	286	860	13.034
31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	4.549	2.627	1.922	-	-
Fornecedores	9.348	9.348	-	-	-
Dividendos a pagar	13.892	13.892	-	-	-
Adiantamentos de terceiros	5	5	-	-	-
Outras contas a pagar	14.752	286	286	860	13.320

* Vide informações sobre waiver de determinados contratos de financiamentos bancários na nota 13.

4.2. Gestão de capital

A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros.

Ao administrar seu capital, os objetivos da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de manutenção de índices financeiros. A Companhia está inserida dentro do grupo econômico "Grupo Santa" onde as análises para alocação e uso do capital é realizado de forma centralizada visando uma maior eficiência e maior retorno frente às oportunidades de investimentos de cada unidade hospitalar. A administração acompanha não só os quocientes de alavancagem (que é a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, acrescida da dívida líquida) de cada unidade como também o comportamento de sua geração de caixa operacional e aging da carteira de recebíveis.

	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
Fornecedores	9.905	9.348
Empréstimos e financiamentos	6.750	4.549
Outras contas a pagar	13.929	14.752
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(9.642)	(4.700)
	20.942	23.949
Patrimônio líquido	111.289	96.949
Patrimônio e dívida líquida	132.231	120.898
Quociente de alavancagem	16%	20%

Para atingir esse objetivo geral, a gestão de capital da Companhia, entre outras coisas, visa assegurar que cumpre com os compromissos financeiros associados aos empréstimos e financiamentos que definem os requisitos de estrutura de capital.

As violações no cumprimento dos covenants financeiros permitiriam que o banco requeresse imediatamente a liquidação dos empréstimos e financiamentos. Com relação as cláusulas de restrições - covenants financeiros o Grupo não conseguiu atingir os índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros índices que dão o direito ao credor executar antecipadamente a dívida.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

4.2. Gestão de capital--Continuação

Contudo, as respectivas instituições financeiras emitiram formalmente o waiver, acordando em não executar o vencimento antecipado das cédulas de créditos. Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	2.208	3.206
Aplicações financeiras	7.434	1.494
	<u>9.642</u>	<u>4.700</u>

As aplicações financeiras possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A carteira de aplicações financeiras possui taxa média de remuneração de 106% (107% em 2021) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

6. Contas a receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Convênios de assistência	52.453	93.958
Clientes particulares	6.252	3.669
(-) Provisão para perda esperada de crédito	(5.317)	(18.567)
	<u>53.388</u>	<u>79.060</u>
Cartões de créditos	385	297
	<u>53.773</u>	<u>79.357</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer	14.326	29.711
Vencidos até 30 dias	13.596	11.868
Vencidos de 31 até 60 dias	4.929	6.288
Vencidos de 61 até 90 dias	3.319	5.083
Vencidos de 91 até 180 dias	7.399	12.698
Vencidos de 181 até 360 dias	4.947	17.906
Vencidos acima de 360 dias	10.189	14.073
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(5.317)	(18.567)
	<u>53.388</u>	<u>79.060</u>

O registro contábil dos valores a receber de clientes é sensibilizado com o risco de perda que a Companhia está exposta. A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é composta da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	(18.567)	(22.902)
Provisão de perdas	(72.220)	(31.626)
(-) Reversão de perdas	85.470	35.960
(=) Provisão de perdas, líquido	<u>13.250</u>	<u>4.334</u>
Saldo final	(5.317)	(18.567)
Perdas reconhecidas		
Perdas efetivas	48.513	1.791
(-) Reversão de perdas efetivas	(7.019)	(8.827)
Total perda efetiva	<u>41.494</u>	<u>(7.036)</u>

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

7. Adiantamentos diversos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores de materiais	223	589
Fornecedores de serviços	1.670	17.386
Funcionários	251	231
	<u>2.144</u>	<u>18.206</u>

8. Estoques

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Medicamentos e material hospitalar	938	1.697
Almoxarifado em geral	142	416
	<u>1.080</u>	<u>2.113</u>

9. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda e contribuição social	14.365	4.010
ISS a recuperar	8	-
	<u>14.373</u>	<u>4.010</u>

A Companhia possui em seu ativo, valores referentes a créditos tributários, os quais são originários dos impostos retidos na fonte sobre as prestações de serviços realizadas aos seus clientes, onde esses são de natureza de convênios de assistência à saúde, tanto públicos como privados e saldos negativos. A realização ocorrerá por meio de compensação com tributos a recolher.

10. Partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)
Ativo circulante		
Mútuo a receber — Hospital Prontonorte S.A (b)	-	1.050
Mútuo a receber – Acionistas (b)	9.914	-
Empréstimos a sócios (b)	-	9.700
	<u>9.914</u>	<u>10.750</u>
Passivo circulante		
Fornecedores — Hospital Santa Lúcia S.A (a)	179	400
	<u>179</u>	<u>400</u>
Passivo não circulante		
Mútuo — Hospital Santa Lúcia S.A (b)	5.740	41.732
	<u>5.740</u>	<u>41.732</u>
Receitas		
Receita de juros incorridos sobre mútuos (b)	215	-
	<u>215</u>	<u>-</u>
Despesas		
Juros incorridos sobre mútuos (b)	2.224	-
	<u>2.224</u>	<u>-</u>
Custos		
Contratação de serviços do Hospital Santa Lucia S.A (a)	1.211	935
	<u>1.211</u>	<u>935</u>

- (a) Saldos referentes a operações de serviços hospitalares e fornecedores são com preços e condições usuais nos mesmos parâmetros para os quais tais serviços são ofertados ao mercado.
- (b) Saldos são provenientes de mútuos. Os empréstimos de mútuo são apresentados pelo valor nominal sendo acrescido de 1% de juros a.a. O contrato de mútuo tem por objetivo a concessão de crédito rotativo para empresas de mesmos controladores, ou seja, exclusivamente para custeio de capital de giro. O empréstimo é regido por contratos formalizados e a disponibilização dos recursos é feita conforme as necessidades da mutuária e a possibilidade da mutuante. O prazo de vencimento de todas as operações é indeterminado e não existe expectativa para liquidação nos próximos 12 meses.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração do pessoal chave da Administração

A Companhia considera como pessoal-chave da Administração apenas os diretores estatutários, sua remuneração é composta por salários, benefícios e remuneração variável.

Controlador final

O controle da Companhia pertence à família Leal (pessoas físicas).

11. Imobilizado

Descrição do bem	31/12/2022		31/12/2021		Taxa anual depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	2.483	-	2.483	2.483	-
Edificações e construções	58.300	(5.993)	52.307	53.470	2%
Móveis e utensílios	3.400	(1.328)	2.072	1.697	10%
Máquinas e equipamentos	32.217	(9.081)	23.136	8.123	10% a 20%
Equipamentos de informática	2.001	(1.038)	963	1.029	10% a 20%
Elevadores	612	(266)	346	407	10%
Veículos	480	(171)	309	116	20%
Instalações	1.076	(245)	831	287	10%
Construções em andamento	3.004	-	3.004	2.464	-
Adiantamento a fornecedor	10	-	10	11	-
	103.583	(18.122)	85.461	70.087	

Análise de impairment do imobilizado

A Administração avaliou a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, e não identificou evidências que poderiam indicar deterioração ou perda de valor do ativo imobilizado.

11.1. Movimentação patrimonial

Descrição	31/12/2022				31/12/2021				Taxa anual depreciação
	Aquisições	Baixa	Depreciação	Líquido	Aquisições	Baixa	Depreciação	Líquido	
Terrenos	-	-	-	2.483	-	-	-	2.483	-
Edificações e construções	6	(6)	(1.163)	52.307	-	-	(1.166)	53.470	2%
Móveis e utensílios	634	-	(259)	2.072	230	-	(262)	1.697	10%
Máquinas e equipamentos	16.565	-	(1.552)	23.136	647	(9)	(1.618)	8.123	10% a 20%
Equipamentos de informática	222	(12)	(276)	963	452	-	(217)	1.029	10% a 20%
Elevadores	-	-	(61)	346	-	-	(61)	407	10%
Veículos	241	(1)	(47)	309	79	-	(28)	116	20%
Instalações	609	-	(65)	831	69	-	(43)	287	10%
Construções em andamento	550	(10)	-	3.004	1	(1)	-	2.464	-
Adiantamento a fornecedor	-	(1)	-	10	-	(15)	-	11	-
	18.827	(30)	(3.423)	85.461	1.478	(25)	(3.395)	70.087	

12. Fornecedores a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Materiais e medicamentos	6.074	6.013
Imobilizado	330	299
Serviços médicos	1.326	745
Exames e diagnósticos	970	964
Serviços de esterilização	103	105
Serviços — partes relacionadas	179	400
Outros serviços	923	822
	9.905	9.348

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos

Modalidade					
<u>Moeda Estrangeira:</u>	<u>Taxa média de encargos %</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	
Aquisição de equipamento	2%	2022	-	563	
			-	563	
<u>Moeda Nacional:</u>					
FCO — Obra	4,12%	2023	1.922	3.806	
Capital de giro	12,57%	2022	-	180	
BNDES — FINAME	5,27% + IPCA	2024	4.828	-	
			6.750	3.986	
			6.750	4.549	
Circulante			6.750	2.627	
Não circulante			-	1.922	

Os contratos estão garantidos pelas máquinas e equipamentos financiados.

(i) Movimentação dos empréstimos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo anterior	4.549	6.231
Captações	4.730	563
Juros incorridos	279	377
Pagamento de principal	(2.636)	(2.269)
Pagamento de juros	(172)	(353)
Saldo atual	6.750	4.549

(ii) Obrigações por ano de vencimento:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
2022	-	2.627
2023	3.531	1.922
2024	3.219	-
2025	-	-
	6.750	4.549

(a) Covenants

O Grupo possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas financeiras (covenants) que estão relacionadas ao atendimento do índice Dívida líquida consolidada / EBTIDA e cláusulas de cross default que dá o direito ao credor executar antecipadamente a dívida.

Em 31 de dezembro de 2022, essas cláusulas restritivas financeiras não foram atendidas dos contratos de empréstimos junto ao banco Santander. O Grupo obteve, em dezembro de 2023, a anuência sobre a não execução do vencimento antecipado das dívidas. Dessa forma, foi necessário, para fins exclusivamente contábeis, conforme o item 74 do Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1), efetuar a reclassificação para o passivo circulante do montante de R\$ 3.219. Em 2023, mediante o recebimento de todos os documentos, os saldos serão imediatamente reclassificados para as rubricas de passivo não circulante, sem prejuízo econômico e financeiro para o Grupo.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

14. Obrigações trabalhistas e sociais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> reapresentado
Salários e ordenados	2.185	2.040
Remuneração variável	582	809
Provisão trabalhistas e encargos	3.572	3.504
FGTS	243	233
INSS	710	674
	<u>7.292</u>	<u>7.260</u>

15. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS e COFINS	2.203	1.709
Tributos retidos na fonte	1.288	858
ISS	360	248
	<u>3.851</u>	<u>2.815</u>

16. Outras contas a pagar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Obrigações com a GGSH Participações (a)	13.929	14.215
Outras	537	537
	<u>14.466</u>	<u>14.752</u>
Circulante	286	286
Não circulante	14.180	14.466

(a) Em 06 de agosto de 2021 a Companhia e o Grupo Gestor em Serviços de Hemoterapia ("GGSH") firmaram contrato com objetivo de regular a prestação dos serviços de Hemoterapia e fornecimento de hemocomponentes a serem utilizados em pacientes atendidos pelo hospital. O saldo foi recebido antecipadamente pela Companhia e será amortizado ao longo da vigência contratual.

17. Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração do Hospital Maria Auxiliadora S.A. adotou os critérios de provisionamentos de provisões trabalhistas e cíveis, por meio de critérios internos administrativos e acompanhamentos jurídicos, mantendo os controles e aprimorando dos critérios de avaliação, nos controles internos, nos critérios de reconhecimento e nas bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências. Abaixo apresentamos as principais características:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhistas	1.282	2.486
Cíveis	491	532
	<u>1.773</u>	<u>3.018</u>

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

17. Provisão para demandas judiciais--Continuação

As provisões trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.
Movimentação das provisões:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial contingência trabalhista	2.486	3.749
Provisão de cont. trabalhistas	1.367	1.281
(-) Reversão cont. trabalhistas	(2.571)	(2.544)
(=) Provisões cont. trabalhistas	1.282	2.486
Saldo inicial contingência cíveis	532	107
Provisão de cont. cíveis	53	491
(-) Reversão cont. cíveis	(94)	(66)
(=) Provisões cont. cíveis	491	532
Resultado provisões trabalhistas e cíveis	(1.245)	(838)
Saldo final contingência trabalhista e cíveis	<u>1.773</u>	<u>3.018</u>

Perdas possíveis, não provisionadas nas demonstrações financeiras

De acordo com a posição dos consultores jurídicos da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as ações com possibilidade de perda possível estavam assim resumidas:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhistas (a)	6.954	-
Cíveis	337	50
Tributário (b)	25.105	-
	<u>32.396</u>	<u>50</u>

Perdas possíveis, não provisionadas nas demonstrações financeiras--Continuação

- a) A Companhia possui ações trabalhistas que envolvem discussões sobre pretensões de diferenças salariais.
- b) A principal discussão tributária é do processo no valor de R\$ 24 milhões referente alegações da Receita Federal do Brasil de que os médicos prestadores de serviços por meio de suas empresas ao hospital seriam empregados da Companhia, desta forma exigindo a cobrança de contribuições previdenciárias. A companhia contesta as alegações em juízo.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social, totalmente subscrito e integralizado de R\$29.019. A quantidade de ações do capital social está representada em 14.500 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas.

18.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

18.3 Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O cálculo dos dividendos propostas está apresentado na sequência:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021 reapresentado
Lucro líquido do exercício	28.640	63.221
Exclusão receita transitória	-	(11.361)
Reserva legal 5%	(1.432)	(2.765)
Base de cálculos dos dividendos	27.208	49.095
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	(6.802)	(13.825)
Dividendo mínimo obrigatório declarados na forma de JSCP	(5.000)	(2.000)
Dividendo mínimo obrigatório complementar	(1.802)	(11.767)
Saldo remanescente para outras destinações	20.406	35.270

A movimentação dos dividendos está apresentada a seguir:

Dividendos a pagar - 31 de dezembro de 2020	3.542
Pagamentos no exercício	(3.475)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	13.825
Dividendos a pagar - 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	13.892
Pagamentos no exercício	(5.511)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	6.802
Dividendos a pagar - 31 de dezembro de 2022	15.183

19. Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita de convênios	223.931	234.687
Receita de particulares	5.894	7.029
Recuperação de glosas de convênios	11.428	4.935
(-) Glosas	(17.198)	(28.036)
Receita de serviços prestados	224.055	218.615
(-) Impostos sobre a receita	(12.662)	(12.264)
(-) Descontos incondicionais	(10)	(8)
Receita líquida	211.383	206.343

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

20. Custos dos serviços prestados

	2022	2021
Custos com medicamentos e materiais hospitalares	(41.367)	(42.317)
Custos com serviços médicos	(29.036)	(29.862)
Custos com pessoal	(25.401)	(27.132)
Custos com serviços de terceiros	(2.120)	(1.316)
Custos com serviços de terceiros – partes relacionadas	(1.211)	(935)
Custos com lavanderia	(1.297)	(1.420)
Custos com exames	(3.418)	(5.345)
Custos com esterilização	(1.119)	(938)
Custos com radiologia/radioterapia	(1.554)	(1.540)
Outros custos aplicados	(18)	(3)
Total	(106.541)	(110.808)

21. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021 (reapresentado)
Salários e encargos sociais	(14.028)	(13.665)
Serviços de manutenção e conservação	(3.093)	(2.710)
Serviços de terceiros	(12.105)	(13.157)
Depreciação	(3.423)	(3.395)
Despesas tributárias	(851)	(2.593)
Locação de máquinas e equipamentos	(578)	(682)
Energia elétrica	(1.991)	(1.712)
Água e esgoto	(771)	(786)
Reformas e manutenções	(1.405)	(2.077)
Demais despesas	(1.307)	(1.272)
	(39.552)	(42.049)

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2022	2021
Receitas de aluguéis	5.511	24.050
Apropriação receita de contrato	286	71
Outras receitas operacionais	132	510
Provisão para demandas judiciais	1.245	838
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	13.250	4.335
Perdas efetivas de convênios e clientes	(41.494)	7.036
Outras despesas operacionais	-	(20)
	(21.070)	36.820

23. Resultado financeiro, líquido

	2022	2021
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	995	1.845
Rendimentos de aplicações financeiras	48	76
Juros ativos	381	208
Variação monetária ativa	9	-
Variação cambial ativa	56	131
	1.489	2.260
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(2)	(862)
Multas e juros de mora	(165)	(273)
Tarifas bancárias	(21)	(21)
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(279)	(377)
Juros incorridos sobre mútuo	(2.224)	-
Outras	(70)	(67)
	(2.761)	(1.600)
Resultado financeiro, líquido	(1.272)	660

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

24. Imposto de renda e contribuição social

24.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2022	2021 (reapresentado)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	42.948	90.966
Alíquota nominal combinada dos tributos - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social	(14.602)	(30.928)
Ajuste para cálculo pela alíquota efetiva:		
Adições permanentes	294	3.183
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(14.308)	(27.745)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(6.957)	(23.356)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(7.351)	(4.389)

24.2. Movimentação do imposto de renda e contribuição social a recolher

	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
Saldo inicial	4.228	12.063
Provisão IRPJ e CSLL	6.957	23.356
IRPJ e CSLL pagos	(17.451)	(27.686)
IRPJ e CSLL pagamento a maior	14.005	-
Compensação de IRPJ e CSLL	(2.139)	(3.505)
Saldo final	5.600	4.228

24.3. Tributos diferidos

A composição do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) diferido ativo e passivo é a seguinte:

Em 31 de dezembro de 2022				
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Ativo				
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	4	-	-	4
Provisão para tributos sobre receita de produção	-	43	-	43
Provisão para devedores duvidosos	6.313	20.482	(26.100)	695
Provisão para contingências trabalhistas	1.121	397	(883)	635
Provisão para contingências cíveis	180	16	(30)	166
Total do ativo fiscal diferido	7.618	20.938	(27.013)	1.543
Passivo				
Receita transitória	(3.863)	-	3.863	-
Depreciação	-	(1.276)	-	(1.276)
Total do passivo fiscal diferido	(3.863)	(1.276)	3.863	(1.276)
Efeito líquido	3.755	19.662	(23.150)	267
Em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)				
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Ativo				
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	4	-	-	4
Provisão para devedores duvidosos	7.785	10.753	(12.226)	6.312
Provisão para contingências trabalhistas	1.275	711	(865)	1.121
Provisão para contingências cíveis	37	167	(23)	181
Total do ativo fiscal diferido	9.101	11.631	(13.114)	7.618
Passivo				
Receita transitória	-	(3.863)	-	(3.863)
Total do passivo fiscal diferido	-	(3.863)	-	(3.863)
Efeito líquido	9.101	7.768	(13.114)	3.755

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

25. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2022, é assim demonstrada:

Cobertura	LICC* (R\$)	Participação Obrigatória do Segurado (POS)
Incêndio, Queda de Raio e Explosão de qualquer natureza	17.000	Queda e raio - 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Danos Elétricos	100	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Tumultos, Greve e Lock Out Incluir Atos Dolosos?	10	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Vendaval até Fumaça Bens ao Ar Livre	220	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Equipamentos Estacionários	500	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00

Nº Proposta: 79.772.264 - Nº Apólice/Endosso: 1.180.066.844

26. Eventos subsequentes

Parceria Oncoclínicas

Em 05 de maio de 2023, o Grupo Santa assinou documentos definitivos para o Acordo de Parceria com o Grupo Oncoclínicas ("Parceria" e "Oncoclínicas") para a operação conjunta das atividades de oncologia de ambas as companhias no Distrito Federal. A Parceria entre Grupo Santa e Oncoclínicas compreende um acordo operacional e comercial de longo prazo (60 anos), não societário, para a operação conjunta das atividades de prevenção, diagnóstico e tratamento oncológico ambulatoriais e hospitalares das duas companhias. Pela referida Parceria, Oncoclínicas e Grupo Santa dividirão os resultados econômicos combinados e futuros em oncologia, de acordo com uma proporção baseada na contribuição de cada parte para a Parceria, a ser apurada quando do fechamento da transação. Como resultado dessa transação, ambas as companhias passarão a operar a oncologia de forma conjunta no Distrito Federal, com uma rede composta de centros de diagnóstico, clínicas e câncer centers, abrangendo toda a linha de cuidado para o paciente oncológico e contando com uma infraestrutura combinada de 2 centros de imagem, 26 unidades ambulatoriais e 4 hospitais de alta complexidade. Cada uma das companhias contribui, portanto, com suas respectivas operações e competências, não havendo qualquer pagamento ou desembolso de caixa no contexto da Parceria. Portanto, se tratando de uma parceria sem alteração societária, o grupo Oncoclínicas e o grupo Santa permanecem com sua estrutura patrimonial inalteradas.

O Grupo Santa passa a ter acesso aos aproximadamente 10.000 pacientes que a Oncoclínicas atendeu em 2022 em suas clínicas oncológicas no Distrito Federal, os quais passarão a contar com uma experiência ainda mais completa e unificada de atendimento, em qualquer etapa do tratamento, proporcionando mais agilidade, conforto para o paciente e custo/efetividade para os planos e operadoras de saúde.

O fechamento da transação depende do cumprimento de condições usuais para operações desta natureza, incluindo a obtenção de autorização pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

26. Eventos subsequentes--Continuação

Alienação do capital social

A Atlântica Hospitais e Participações, empresa controlada da Bradesco Participações e parte do Grupo Bradesco Seguros, anunciou junto ao Grupo Santa, em 1º de setembro de 2023, a aquisição de 20% do capital social do Grupo pela Atlântica Hospitais e Participações.

A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de certas condições suspensivas usuais em operações desta natureza, incluindo as devidas aprovações regulatórias.

José do Patrocínio Leal
Diretor Corporativo

Deyvisson Machado Guimaraes
Contador CRC-DF 021226/O

*

*

*